

# **AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES E ENRIQUE LEFF**

**Afrânio César de Araújo**

Prof. MSc. da UFRN

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFRN

afranio@ej.ufrn.br

Carlos Walter Porto-Gonçalves e Enrique Leff quase sempre convergem em opinião no tocante ao atual modelo de exploração dos recursos naturais e à moderna produção de alimentos. Ressoam em seus textos as verdadeiras intenções por trás de grandes projetos, em especial, aqueles oriundos de instituições internacionais multilaterais como o Banco Mundial e seus efeitos no meio ambiente.

A partir da segunda metade do século XX, os países, hoje denominados, em desenvolvimento, passaram a importar pacotes tecnológicos voltados para a agricultura que, além de estarem longe de resolver seus problemas, geraram e vêm gerando desastres tanto no meio ambiente como na saúde humana.

Porto-Gonçalves (2004) afirma que o atual modelo agrário, operado pelo processo de reprodução ampliada do capital sustenta-se tanto pelo uso de um modo de produção de conhecimento do capital, que supervaloriza a ciência e as técnicas ocidentais, quanto pela expansão das áreas destinada aos cultivos. A proposta de desenvolvimento agrícola defendida pelos adeptos da chamada Revolução Verde desconsidera o conhecimento e as técnicas próprias das comunidades tradicionais, sua relação com a terra, com as matas e com os animais que povoam os mais variadas biomas. Práticas agrícolas praticamente independentes de recursos externos como os sistemas consorciados de cultivo, adubação verde e terraceamentos, antes praticadas por populações tradicionais, foram desprezadas em prol da implantação de extensas áreas de monoculturas sustentadas por enormes cargas de insumos químicos. A América Latina e muitos países africanos, sufocados pelas suas ditaduras, entregaram-se a este modelo de produção agressivo e totalmente destoado de sua realidade, ao passo que abriam fronteiras à uma “tecnologia estranha”. Era o crescer ou crescer, a qualquer custo, com ou sem degradação ambiental.

---

Conforme Porto-Gonçalves, fertilizantes químicos, fungicidas, inseticidas e herbicidas que vêm, há décadas, sendo alvo de críticas de ambientalistas, órgãos ligados à saúde e sindicatos de trabalhadores, principalmente os rurais. Tais contaminantes, lembra o autor, são alguns dos principais responsáveis pelo comprometimento da qualidade das águas, sejam elas subterrâneas ou superficiais, o que tem levado à diminuição de espécies e do número de peixes, trazendo prejuízos a comunidades ribeirinhas. Há comprometimento, portanto, não apenas da diversidade biológica, mas também da diversidade cultural. A pesca é, para os ribeirinhos, uma atividade complementar à agricultura e é ela umas das primeiras atividades a serem prejudicadas por resíduos oriundos da agricultura dita “de mercado”. Para agravar ainda mais o problema, como a extensão das áreas degradadas e mesmo a demanda por alimentos aumentam a cada dia, novas áreas são requeridas para se manter a produção. O autor coloca a expansão das terras cultivadas como uma ameaça à diversidade cultural.

A agricultura empresarial demanda um grande aporte de recursos e a super-exploração destes recursos tem-se refletido principalmente no empobrecimento dos solos que, após alguns anos de exploração, já não produzem como antes. Os solos dos imensos campos irrigados tornam-se salinos, compactados e pobres em nutrientes. Além do mais, é sabido que os fertilizantes químicos provocam um aumento na absorção de água pelas plantas e um desequilíbrio químico nos tecidos vegetais, o que provoca perdas nutricionais consideráveis. Não é incomum ouvirmos os mais antigos afirmarem que as hortaliças de hoje “não tem sabor”.

Leff afirma que a exploração intensiva dos recursos dos países do Terceiro Mundo gerou e vem gerando danos irreversíveis ao ambiente natural, reduzindo o seu potencial produtivo e impedindo alternativas de organização de uma produção mais equilibrada, igualitária e sustentável. Os solos tropicais foram, pouco a pouco, perdendo a sua produtividade ecológica em função da uniformização dos cultivos e da diminuição da diversidade biótica dos ecossistemas. A transformação dos ecossistemas tropicais em monoculturas ou pastos para criação intensiva de gado acabou por comprometer o equilíbrio dos solos que se tornaram mais susceptíveis às catástrofes naturais. Os sistemas consorciados de cultivo, que utilizavam múltiplas espécies como café, batata e milho, apresentando maior biodiversidade estão desaparecendo. A dificuldade para

---

adaptar-se às mudanças climáticas e às demandas de mercado afetaram, desta forma, o potencial de desenvolvimento das regiões afetadas. Um dos impactos sociais é a diminuição dos níveis nutricionais e alimentares das comunidades rurais, cuja subsistência se baseia no consumo de culturas oriundas de suas terras e que são adaptadas às condições locais. Por falta de opção, comunidades inteiras são comumente forçadas a buscarem os grandes centros onde nem sempre e, mesmo, dificilmente conseguem trabalho digno.

Enrique Leff, em seu texto, enfatiza a importância das práticas agrícolas pré-capitalistas adotadas pelos povos pré-colombianos na América Latina; práticas estas, ajustadas e harmonizadas à estrutura ecológica do ambiente ao qual estavam inseridos. Tais povos haviam, ao longo de séculos de trabalho com a terra, adquirido conhecimento de seus recursos e desenvolvido técnicas agrícolas totalmente adaptadas às condições edáficas e topológicas locais. Tais povos, que vivem na floresta há milhares de anos, certamente viam as suas matas de forma bem diferente de um madeireiro de hoje, interessado em transformá-la em mobília, ou de um pecuarista ansioso por transformá-la em pasto.

A chegada do capitalismo mercantil, com a colonização européia, marcou o início de um período de destruição das práticas tradicionais, bem como da apropriação total dos recursos abundantes que eram enviados às metrópoles. Mais recentemente, as práticas agrícolas empresariais européias e norte americanas introduzidas no Terceiro Mundo eliminaram os modelos tradicionais caracterizados pelas rotações culturais e cultivos consorciados que permitiam a recuperação dos solos e evitavam a erosão e a perda de nutrientes minerais. Diferentemente, conforme Leff, a monocultura implantada de modo a satisfazer a demanda européia, principalmente por açúcar, considerando a realidade brasileira, desconsiderava a necessidade de aplicação de técnicas de conservação da produtividade da terra. Com a independência dos países latino americanos e africanos, saíram os colonos e ficou o Capital. Conhecimentos e técnicas foram aplicadas de modo a aumentar a capacidade de exploração da terra e aumentar a produção, o que resultou, ao longo dos anos, num rastro de destruição ecológica.

Façamos um paralelo entre a discussão do parágrafo anterior com a afirmativa de Porto-Gonçalves, de que a economia (desde muito) desfez sua vinculação com a ética

---

e com a moral, o que pode ser muito claramente visualizado nos dias de hoje quando se percebe a sua transformação em *economia política* ou, na verdade, economia *sem moral* e sem *política*. Tanto no momento histórico da “descoberta” do novo mundo quanto nos dias de hoje percebemos o interesse no Capital, na expropriação, na exploração até as vias de esgotamento.

O capitalismo, conforme Leff, foi idealizado e fundado a partir de uma racionalidade econômica voltada para a maximização do lucro e do excedente econômico em curto prazo, o que teve como consequência a degradação de muitos ecossistemas. Na verdade, todo um processo produtivo foi fortemente afetado, tendo sido destruído ou transformado juntamente com todo um conjunto de valores humanos associados às práticas tradicionais de exploração dos recursos. Houve, no mundo todo, tendo como base os princípios de igualdade dos direitos individuais, do lucro e da acumulação de riquezas, uma tendência à concentração de poder econômico e político. A homogeneização dos processos produtivos, dos padrões de consumo e de estilos de vida provocaram um colapso nos processos ecológicos.

Conforme Leff, a agricultura de subsistência foi expulsa das melhores e maiores terras pela agricultura e pela pecuária de mercado, sendo abrigada e se “contentar” com as encostas das montanhas. Nestas áreas, pelas próprias condições topográficas do terreno, bem como pela ausência de técnicas adequadas de cultivo, contribui com desmatamento e degradação dos solos. A diminuição das áreas cultiváveis diminuiu os períodos de pousio da terra e de recuperação dos solos, refletindo-se no declínio da produtividade agrícola. Como dito anteriormente, as áreas rurais tornaram-se incapazes de gerar empregos para os seus habitantes, o que causou “ondas” de migração para áreas urbanas, e sujeição ao subemprego e à miséria.

O predomínio das monoculturas visando o abastecimento dos centros urbanos, com o fluxo entre países dirigido por EUA, Europa e Japão é o que impõe, como assinala Porto-Gonçalves, as mudanças de organização do espaço no mundo. A irrigação e a captação de águas subterrâneas tornam-se mais expressivas, seja para uso na agricultura, seja para abastecimento urbano-industrial, com o conseqüente aumento do uso de bombas de diesel e de poços artesianos. A captação de água na superfície é mais democrática, já que a água está ao alcance de todos. Já para a captação de águas

---

subterrâneas, nem todos dispõem dos meios necessários e a injustiça ambiental aí se faz presente por meio do acesso desigual ao recurso. A prática da irrigação, por sua vez, apesar de aumentar a área agricultável, provoca salinização dos solos em função da permanência dos sais após a evaporação da água.

Leff associa o subdesenvolvimento dos países latino-americanos ao processo de dependência e exploração que destruíram o patrimônio cultural e ambiental de seus povos degradando os seus potenciais produtivos. Tal dependência dos países ricos reverteu-se num impedimento do desenvolvimento de técnicas próprias para aproveitamento da produtividade primária dos seus ecossistemas.

Porto-Gonçalves, por sua vez, também tratando da subserviência dos países pobres em relação aos ricos, cita a transferência de empresas industriais e agrícolas altamente poluidoras ou altamente exigentes em matéria prima, energia, terra e fotossíntese, dos primeiros para os segundos. Ao passo que na Europa, Japão e EUA há uma tendência para o fechamento de indústrias poluidoras como as de alumínio-bauxita e celulose, países de Terceiro Mundo abrem as suas portas e os principais motivos são as pressões de órgãos ambientalistas e o alto preço da energia nos “centrais”. Nos países em desenvolvimento, com o apoio das elites, que vivem no conforto de suas mansões e de organizações multilaterais como o Banco Mundial, que financiam a construção de grandes hidrelétricas, estradas e portos para exportação de alumínio puro, tais indústrias se instalam à custa de uma mão-de-obra mal paga e, não raras vezes, semiescrava. Amargamos os rejeitos poluidores, a perda da diversidade biológica e cultural, a pobreza e o subdesenvolvimento, enquanto os países abastados conseguem os mais pobres às rédeas do Moderno Colonialismo.

Leff afirma que o subdesenvolvimento é a consequência da degradação ambiental sofrida pelos países do Terceiro Mundo, o que estaria diretamente relacionado à dependência tecnológica em relação aos países ricos e da degeneração do seu modelo de desenvolvimento à mercê das condições históricas impostas pela expansão da racionalidade econômica, tanto a nível nacional quanto a nível internacional.

Estamos, pois, presos a um poder hegemônico que dita as normas de uma economia movida pelo privilégio de uns em detrimento de outros. O Mundo

Desenvolvido dita as normas que devem ser e são seguidas pelo Mundo Subdesenvolvido. Enquanto os países do norte “surfam” num mar de conforto e consumismo, os países do sul amargam seus rejeitos e convivem, ainda, com miséria e poluição.

### **Referências**

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura – a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

PORTO - GONÇALVES, C. W. **Desafio ambiental: os porquês da desordem mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Recebido em 22/07/2012 Aceito para publicação em 16/02/2013.
---